



DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

O MERCOSUL NO CONTEXTO MUNDIAL

Camila Pereira Mendonça

Matrícula: 0812977

Professor Orientador: Eliane Gotlieb

Professor Tutor: Carlos Vianna



Departamento de Economia

Monografia

Título:

O Mercosul no Contexto Mundial

Camila Pereira Mendonça

Matrícula: 0812977

Professor Orientador: Eliane Gotlieb

Professor Tutor: Carlos Viana

"Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor".

"As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor"

Agradecimentos

É com enorme prazer que encerro essa difícil jornada trilhada no curso de Ciências Econômicas da PUC-RJ. Agradeço a Deus, a meus pais por me darem essa grande oportunidade, a minha querida Jacira pelo carinho e palavras certas nos momentos em que precisei e ao meu irmão pela paciência. Agradeço, ainda, a todos os brilhantes professores que tanto me ensinaram e, em especial, minha orientadora que em suas aulas sempre interessantes, despertou em mim o interesse pelo tema abordado nessa Monografia.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 - Revisão da Literatura	3
Capítulo 2 - O projeto Mercosul	8
A Formação do bloco e sua estrutura	8
Objetivos iniciais e histórico	10
O estágio atual do bloco	13
Capítulo 3 - Para onde caminha o arranjo mundial	21
Teoria das áreas monetária ótimas e Teoria do segundo melhor.....	21
A nova geografia mundial	27
Regionalismos	30
Capítulo 4 - Perdas e ganhos para o Brasil.....	31
As dificuldades de coordenação do bloco e as perdas para a economia brasileira.....	31
Ganhos para o Brasil	32
Perspectivas Brasil e Mercosul	33
Capítulo 5 - Conclusão.....	35
Referências Bibliográficas	37

Lista de Gráficos

Gráfico 1.....	11
Gráfico 2.....	12
Gráfico 3.....	13
Gráfico 4.....	14
Gráfico 5.....	18
Gráfico 6.....	18
Gráfico 7.....	19
Gráfico 8.....	20
Gráfico 9.....	21
Gráfico 10.....	22
Gráfico 11.....	24
Gráfico 12.....	28
Gráfico 13.....	29
Gráfico 14.....	33

Lista de Tabelas

Tabela 1.....	7
Tabela 2.....	10
Tabela 3.....	14

Resumo

Este trabalho monográfico discutirá a evolução do Mercosul, tendo como foco principal o Brasil, país que representa a maior economia do bloco. O posicionamento do Brasil no bloco será analisado, tendo em vista o atual contexto global de formação crescente de acordos preferenciais de comércio, blocos e dado o deslocamento da geografia econômica rumo ao Sudeste Asiático. Para isso, será preciso analisar o projeto inicial do Mercosul, verificar o estágio em que ele se encontra atualmente e observar os principais indicadores econômicos, sobretudo referentes ao Brasil. Em linhas gerais procura-se estudar a relevância e as possibilidades de evolução do Mercosul no século XXI.

Palavras-chave: Mercosul, Brasil, integração econômica, acordos multilaterais, acordos preferenciais.

Abstract

This paper is intended to discuss the positioning of Mercosur in a global context of increasing bilateral and multilateral commercial agreements. As well as the economic geography move towards Southeast Asia. We also intend to analyze the participation of Brazil and investigate gains and losses for the most important economy of the bloc. For this purpose, we will discuss the Mercosur project, check its actual stage and observe the main economic indicators, particularly related to Brazil. The main goal is understanding the bloc's relevance and how it can be developed in the 21st century.

Palavras-chave: Mercosur, Brazil, economic integration, multilateral agreements, preferential agreements

Introdução

Inicialmente, deve-se observar que os arranjos de cooperação entre países se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial. A lógica por trás dessa situação foi a necessidade de enfrentar dificuldades comuns e promover o entendimento entre os povos depois de um conflito que trouxe grandes prejuízos materiais e matou milhões de pessoas. Ganham força e foram criadas organizações e instituições internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Esse momento histórico propiciou o avanço das negociações de integração econômica, visando não só ganhos comerciais, mas também objetivos econômicos comuns mais amplos e abrangentes. O BENELUX, criado em 1944 pela Bélgica, Holanda e Luxemburgo e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) de 1952 são exemplos da primeira fase de integração econômica através de organismos internacionais (BENELUX; União Europeia, 2013).

Sendo assim, já nos anos 1940 nota-se a emergência de organismos internacionais voltados para integrar diferentes economias. É natural tais organizações terem surgido na Europa, já que esta sofreu os principais impactos da Segunda Guerra. Quando o mundo se recupera da guerra, entra-se em uma fase dourada do capitalismo, com grande expansão e integração econômica.

Mais contemporaneamente, conforme discutido no artigo de Kegel e Amal (2013), a cooperação e interdependência crescente entre Estados ganhou nova dimensão a partir do início da década de 1990. Nessa época, a conjuntura internacional passa a ser caracterizada pela consolidação da globalização, a desregulamentação do mercado financeiro internacional e o aumento expressivo do comércio internacional pela via da liberalização comercial.

No contexto de uma nova dinâmica da economia mundial, o Mercosul teve início em 1991 e, de acordo com o Tratado de Assunção (Mercosul, 2013), tinha como metas principais a integração econômica de seus participantes, por meio: da livre

circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento da tarifa externa comum (TEC), de uma política comercial comum e da coordenação macroeconômica.

Após pouco mais de 20 anos de existência, o limitado avanço na integração do bloco, os impasses gerados pela política de seus integrantes, a perda de janelas de oportunidade e os inúmeros problemas econômicos enfrentados pelos países integrantes têm alimentado questionamentos a respeito da eficiência do Mercosul e causado dúvidas sobre o seu futuro (Marzagão, 2011).

O objetivo dessa monografia é, portanto, discutir as limitações enfrentadas pelo bloco, ressaltando os entraves gerados ao Brasil, dada a sua elevada representatividade econômica no Mercosul, tendo ainda como pano de fundo o atual cenário mundial de formação de arranjos e acordos bilaterais ou plurilaterais.

O presente trabalho está dividido da seguinte forma: o capítulo 1 revisa a literatura precedente. O capítulo 2 apresenta os dados sobre a formação e o histórico do Mercosul. No capítulo 3, trataremos sobre o arranjo mundial atual, isto é, a crescente formação de blocos e arranjos, visando ganhos do aumento da integração econômica entre países e regiões, de modo ainda a analisar a influência dos principais. No capítulo 4, verificaremos as perdas e ganhos para o Brasil no Mercosul, de forma a discutir se o país vem perdendo ou não a possibilidade de participação em acordos mais expressivos, além de tratarmos sobre os principais entraves do bloco e sobre as perspectivas para o Brasil e para o bloco.

Por último, a conclusão traz considerações finais sobre a representatividade do Mercosul no contexto mundial, fazendo um balanço do conteúdo desenvolvido ao longo do texto.

Capítulo 1 - Revisão da Literatura

Os estudos apresentados a seguir fortalecem o embasamento das discussões dos próximos capítulos. Ainda que alguns datem do final da década de 1990 ou do início de 2000, mantêm-se atuais, no sentido de que o andamento do Mercosul pouco mudou desde aquela época. Muitos problemas inerentes ao bloco já foram identificados anteriormente e se intensificaram com o passar dos anos.

Grande parte dos estudiosos destaca os enormes problemas enfrentados pelo Mercosul e encara o bloco, na atualidade, como um fator limitador do desenvolvimento de novas redes de acordos internacionais dos seus integrantes. No entanto, alguns autores reconhecem que o Brasil como *lonely runner*¹ enfrentaria maiores dificuldades, no sentido de que a integração econômica com seus vizinhos permite o aumento de sua representatividade no cenário mundial.

A literatura também reforça que os governos do Brasil e de seus vizinhos não caminharam a favor da supranacionalidade e da complementaridade econômica, permanecendo estagnados em uma união aduaneira bastante limitada. Os estudiosos apontam diversas limitações e duvidosos avanços.

Outra questão bastante discutida é que o bloco atravessou dois momentos distintos: o primeiro, da sua constituição em 1991 até meados de 1998, período caracterizado por considerável avanço do comércio intrabloco e posteriormente entre 1999 aos dias de hoje, marcado pelo afastamento dos objetivos inicialmente estabelecidos pelo Tratado de Assunção (Mercosul, 2013) e marcado ainda por crises sofridas por seus integrantes.

No artigo de Giambiagi e Markward (2002) a ideia central apresentada é que “o aprofundamento do Mercosul é conveniente para o Brasil vis-à-vis a alternativa de o país procurar por uma inserção na economia internacional isolado dos seus parceiros regionais”. Os autores reconhecem as dificuldades enfrentadas pelo bloco e que, com o passar do tempo, ficou evidente a ausência de uma institucionalidade mínima que permitisse o tipo de avanços alcançados na integração europeia, tais como mecanismos jurídicos, o estabelecimento de compromissos macroeconômicos, bem como uma

¹ Termo utilizado por GIAMBIAGI, Fabio; MARKWALD, Ricardo. *A estratégia de inserção do Brasil na economia mundial: Mercosul ou lonely runner?* Ensaios BNDES, 2002.

moeda comum. Em suma, não existem instituições unificadas visando à consolidação do bloco, mas sim instâncias individualizadas.

Não podemos afirmar que a participação do Brasil no Mercosul tenha sido prejudicial para sua economia, mas precisamos investigar se, no contexto mundial em que se observa o incremento da formação de acordos bilaterais, preferenciais e principalmente uma grande alteração na geografia econômica, se seu posicionamento tem sido satisfatório, já que o país permanece limitado à TEC e às aprovações dos demais integrantes para o caso de redução de tarifas a terceiros.

Marcelo de Paiva Abreu (2008) defendeu que:

“O Itamaraty deve conceder prioridade absoluta ao aprofundamento e à reformulação do atual arranjo de integração regional rumo a uma fórmula que ao mesmo tempo evite hostilizar a Argentina e amplie o raio de manobra para que o Brasil negocie extra-Mercosul – para minimizar a tentação de escolher o mundo e o Mercosul.”

Certamente, sua opinião ainda condiz com a atual realidade. Isso porque, o Brasil permanece atrelado ao bloco enquanto o mundo se reorganiza, conforme dito anteriormente, mostrando a necessidade de revisão de seus objetivos comerciais de longo prazo.

A respeito dos problemas enfrentados pelo bloco, Pereira (2012) comenta que o aumento do protecionismo argentino e a estatização da YPF² são fatores que só pioram a frágil disciplina do bloco e ajudam a comprovar que o Mercosul está fadado ao fracasso. A autora ainda reforça que a postura da Argentina cria precedentes, fazendo com que investidores temam que o mesmo comportamento estatizante se repita na América Latina, colaborando para a redução dos investimentos externos.

Além disso, as empresas brasileiras instaladas na Argentina estão paralisadas, já que investimentos foram suspensos. Não obstante, o maior dano está relacionado ao fato de que esse cenário só adia ou impossibilita que o Mercosul se torne um espaço integrado, cumprindo seu objetivo de elevar a competitividade econômica da região no comércio mundial, assim como promovendo um aumento no bem-estar e na qualidade de vida da população.

² Yacimientos Petrolíferos Fiscales

Uma aliança sólida entre Brasil e Argentina, os maiores do bloco, seria essencial para o avanço da integração, dado que conforme Pereira (2012) aponta em outro artigo ambos foram responsáveis por 97% do PIB da região em 2010 e a Argentina absorve uma parcela expressiva das exportações brasileiras. No entanto, a crise enfrentada pela Argentina e o crescente distanciamento entre os dois países, afasta ainda mais as perspectivas de uma evolução para um mercado comum.

De acordo com Braga e Gremaud (2012), o Mercosul tornou-se uma utopia, ou seja, um plano que parece ser irrealizável. Os autores apontam mais custos do que benefícios dadas as estratégias divergentes dos integrantes do bloco. Afirmam que a integração comercial, financeira e física deve ser fomentada, assim como a troca de informações econômicas entre os países membros. Em suma, os autores acreditam que deve haver mais diálogo entre as autoridades dos países membros, para que atinjam uma harmonização de interesses. Em última instância, o aspecto político é fundamental para otimizar o funcionamento do bloco, sendo assim, deve ser levado em consideração e priorizado.

Em um artigo mais atual, Kegel e Amal (2013) defendem que as regras comerciais multilaterais têm cedido espaço a acordos preferenciais e, nesse contexto, um Estado com menor grau de influência econômica perde poder de barganha frente a outros blocos mais consolidados. O artigo também aponta que, apesar dos resultados de crescimento e desenvolvimento não terem sido iguais para todos os países, o Mercosul continua a desempenhar um papel relevante para seus membros, trazendo benefícios como uma maior representação externa de seus membros, ampliação da capacidade de negociação e aumento de poder relativo.

Kegel e Amal (2013) também se mostram favoráveis ao prosseguimento das negociações para a realização de um futuro acordo comercial entre União Europeia e o Mercosul. Argumentam que essa seria uma benéfica estratégia para fazer frente aos produtos chineses, que apresentam elevada competitividade. Sendo assim, são menos pessimistas com o futuro do bloco.

Por último, é válido apresentar uma declaração do diretor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Eduardo Abjaodi ao jornal Valor Econômico em agosto de 2013:

“A situação do Mercosul é preocupante. Nós conseguimos acordos bilaterais limitados [Israel, Palestina e Índia] na última década, o que nos levou a um isolamento no comércio exterior. Temos que sentar e discutir uma flexibilização nas regras do bloco. Negociamos primeiro e os outros membros negociam quando se sentirem mais confortáveis.”

Carlos Eduardo deixa claro em sua declaração que existem problemas na integração do Mercosul com outros países através de acordos bilaterais e destaca o isolamento comercial que essa limitação traz ao bloco. Para ele, as regras do Mercosul são um problema e devem ser revistas para o aprofundamento da integração econômica e comercial dos países membros com o restante do mundo.

O objetivo desta revisão da literatura foi apresentar algumas visões sobre o Mercosul. Não é difícil perceber que paira um pessimismo sobre a perspectiva do bloco alavancar o crescimento regional e a integração dos países membros com outros países e blocos comerciais. Além disso, diversos autores apontaram os problemas internos do Mercosul, especialmente a relação entre Argentina e Brasil.

Por último, é válido apresentar um breve panorama sobre as possibilidades de integração econômica (Vartanian, 2013). Existem cinco possibilidades de integração regional apontadas na tabela 1: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e integração econômica total. O autor aponta que a OMC (Organização Mundial do Comércio) considera apenas duas formas de acordos comerciais regionais: área de livre comércio e união aduaneira.

Para a OMC, em uma área de livre comércio bens comercializados entre os países dispensam a cobrança de tarifas, e cada país pode estabelecer sua tarifa para outros parceiros comerciais. Já em uma união aduaneira, seus membros devem estabelecer as tarifas em conjunto.

Percebe-se que existem posições divergentes sobre as possibilidades de integração econômica. Elas foram abordadas aqui para servir de pano de fundo para as discussões dos capítulos seguintes.

Tabela 1

Modelos teóricos de integração e características

Características	Zona de livre comércio	União aduaneira	Mercado comum	União Econômica	Integração econômica total
Redução de tarifas entre os países-membros	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>
Tarifas dos membros em relação ao resto do mundo iguais	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>
Liberdade de movimento dos fatores de produção	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>
Harmonização de políticas macroeconômicas	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>
Moeda Comum e Banco Central Unificado	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>não</i>	<i>sim</i>

Fonte: Vartanian, (2013)

Capítulo 2 - O projeto Mercosul

A Formação do bloco e sua estrutura

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado em 1991, após a assinatura do Tratado de Assunção, que celebrou a integração entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. É válido ressaltar que este último país encontra-se suspenso do bloco desde junho de 2012 (Exame, 2013).

A formação do Mercosul atendeu a uma mudança no arranjo mundial e a recomendações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que desde 1950 vinha estimulando maior integração entre os países da América Latina, sobretudo Brasil e Argentina.

Corazza (2006), discute que a CEPAL apontou limitações externas como empecilho ao desenvolvimento da América Latina, desenvolvendo estudos sobre o esquema centro-periferia de 1950 (momento em que a economia internacional era regulada pelo Acordo de Bretton Woods), a teoria da dependência na década de 70 (crise do Acordo de Bretton Woods) e a integração regional nos anos 1980.

Brasil e Argentina, por sua vez, já eram integrantes do Programa de Integração e Cooperação Econômica entre a Argentina e o Brasil (PICE) lançado em 1986 (Odete, 1998). O Protocolo de Ouro Preto (Mercosul, 1994), assinado em 1994, estabeleceu a estrutura institucional e jurídica do bloco, formada pelos seguintes órgãos: Conselho de Mercado Comum (CMC), Grupo Mercado Comum (GMC), Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), Foro Consultivo Econômico-Social (FCES), Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM). Além disso, o bloco tem em sua estrutura o Parlamento do Mercosul (Parlasul), o qual representa os cidadãos dos Estados partes.

Em 12 de Agosto de 2012, o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela (Giraldi, 2012) ao Mercosul, formalizou a integração de tal país ao bloco, que se dará de forma gradual, conforme estabelecido nos artigos do mencionado protocolo, mas que na prática não prevê metas específicas sobre a forma desta adesão.

Adicionalmente, a Bolívia está em processo de adesão desde 7 de dezembro de 2012, mas ainda não teve sua participação aprovada.

Além dos países membros, existe um grupo de países associados: Bolívia, Chile, Equador e Peru. Nota-se que para se tornar um membro associado é pré-requisito integrar a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e celebrar um Acordo de Livre de Comércio com o Mercosul (Mercosul, 2013). O associado deve também aderir ao Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, e, ainda se comprometer com a Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no Mercosul.

A ALADI, por sua vez, constitui um mecanismo de integração formado por 13 países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (ALADI, 2013). O Tratado de Montevideú, assinado em 1980 (TM80), regulamentou juridicamente a ALADI, estabelecendo como princípios gerais: a convergência política e econômica da região, o tratamento diferenciado conforme nível de desenvolvimento de seus membros e a diversidade de instrumentos para acordos comerciais. A ALADI incentiva acordos sub-regionais, como no caso o Mercosul, tomando medidas que aumentem a integração regional mas não regulamenta diretamente o bloco.

Acrescenta-se ainda, o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM) criado com o intuito de corrigir as assimetrias estruturais da região e que evidenciam, conforme mencionado no artigo de Almeida (2011), uma espécie de fuga para frente e um escapismo de natureza política à sua incapacidade de realizar o prometido e de cumprir os requisitos mínimos dos objetivos fixados nos instrumentos constitutivos. Isso é afirmado, uma vez que mesmo não tendo sido alcançados os objetivos primários do Tratado de Assunção, o bloco se engajou na criação de órgãos sem poderes reais e unificados, evidenciando uma falta de planejamento de metas e prioridades, preferindo objetivos muito mais genéricos.

Comparando o Tratado de Assunção ao Tratado de Roma (União Europeia, 1957), o primeiro se mostra muito mais um acordo provisório, enquanto o segundo define de maneira muito mais objetiva a constituição de um tratado com metas claras visando à formação de um mercado comum, apoiado na formação de uma estrutura própria com poderes que se sobrepunham aos nacionais. Os principais objetivos

definidos pelo Tratado de Assunção serão apresentados a seguir de modo a esclarecer esse argumento.

Objetivos iniciais e histórico

O artigo 1º do Tratado de Assunção (Mercosul, 1991) prevê e acaba por resumir os objetivos principais do bloco, que seriam:

“a integração das quatro economias por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos; o estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC); a adoção de uma política comercial comum; a coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais e a harmonização das legislações das áreas pertinentes.”

Aliado a esses objetivos, ainda, destaca-se que seria previsto o aumento das trocas comerciais entre os países do bloco e com terceiros.

Nesse sentido, entre outros pontos colocados no Tratado de Assunção, a ideia central seria a liberalização do comércio intrabloco, visando: o crescimento do mercado interno; a complementação produtiva, possibilitando maiores ganhos de escala; o aumento da competitividade dos países membros no mercado internacional; e, a longo prazo, a formação de um mercado comum.

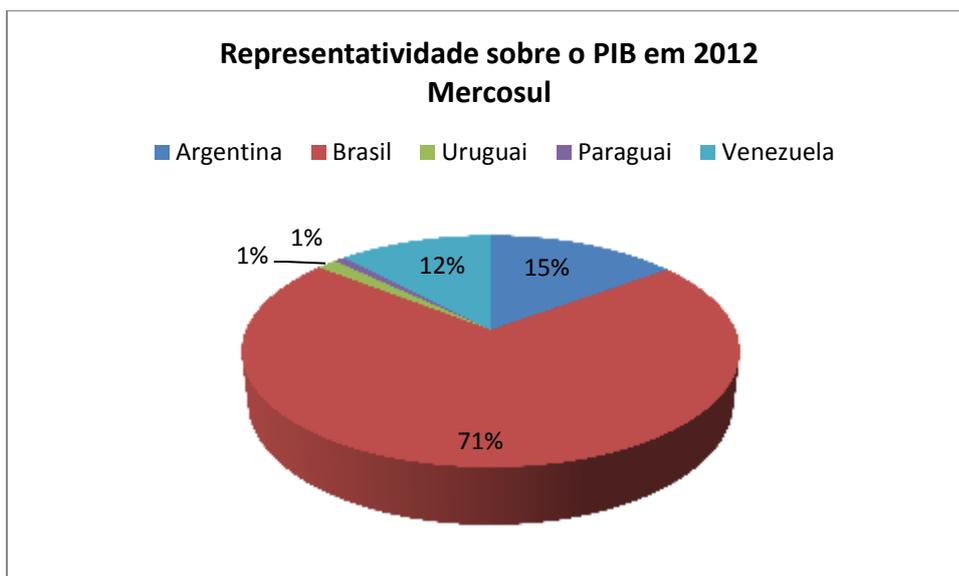
A análise de alguns indicadores presentes no gráfico 1 evidencia a maior representatividade brasileira. Na realidade, o Mercosul constitui uma região formada por características desiguais e por economias em desenvolvimento, que têm como principal integrante o Brasil. Este representou **71%** do PIB do bloco em 2012, conforme dados disponibilizados pelo Banco Mundial e apresentados na Tabela 2 e no Gráfico 1.

Tabela 2

PIB bruto por membro (Em USD a preços correntes em '000.000.000)				
	1991	1998	2008	2012
Argentina	189,7	298,9	326,5	470,50
Brasil	107,3	843,8	1653,5	2252,6
Uruguai	11,2	25,3	30,3	49
Paraguai	6,9	9	18,5	25,5
Venezuela	51,7	91,3	315,6	381,2
TOTAL	366,8	1268,3	2344,4	3178,8

Fonte: Banco Mundial

Gráfico 1



Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

Apesar da estrutura institucional estabelecida pelo Protocolo de Ouro Preto, o Mercosul não é, na prática, independente. O bloco é vulnerável às decisões de seus Estados membros e não dispõe de uma figura autônoma e isolada dos interesses individuais, dificultando ainda mais a possibilidade de convergência nos objetivos de cada economia que integra o bloco.

Além disso, não foram estabelecidos mecanismos efetivos, bem como prazos específicos a partir de sua constituição em 1991. Inclusive, dados os abalos estruturais sofridos ao longo desses anos pelas economias de seus membros, não houve, ao menos, uma tentativa posterior de se rever os objetivos iniciais ou mesmo de estabelecer quaisquer metas para o futuro.

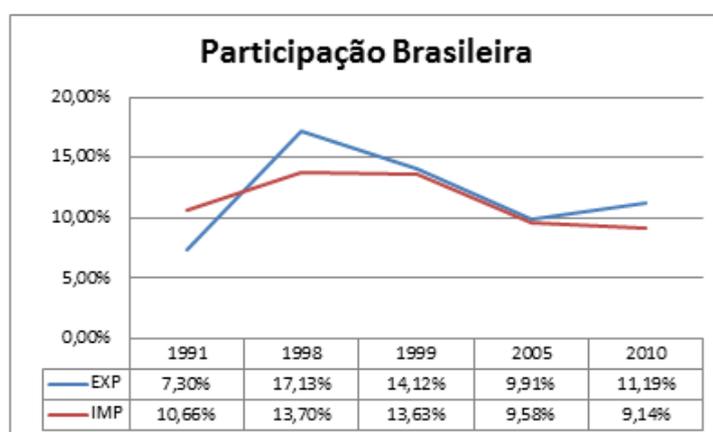
O Mercosul prevê uma maior integração regional e o aumento do peso econômico dos países integrantes em relação ao resto do mundo. O que se observa ao longo dos seus pouco mais de 20 anos de existência são dois momentos distintos. No período entre 1991 e 1998 houve um satisfatório aumento do fluxo de comércio entre os integrantes. Este primeiro momento coincidiu com um processo de liberalização e abertura econômica no cone sul.

O momento posterior é melhor caracterizado por uma lenta e, posteriormente, inexpressiva evolução em direção à formação do desejado mercado comum. A

importância relativa do bloco para seus membros é reduzida e surgem graves divergências e uma lista crescente de casos de protecionismo e verdadeiras batalhas comerciais entre os membros, principalmente Argentina e Brasil.

O gráfico 2 ilustra esses dois momentos, focando na participação brasileira no bloco. Da formação do Mercosul em 1991 até 1998 o bloco ganhou relevância para a economia brasileira, perdendo cada vez mais espaço até 2005, quando ao menos as exportações aumentam. A curva de importações apresenta tendência um pouco mais clara de queda e a curva de exportações apresenta tendência estocástica, o que pode ser explicada pelas crises enfrentadas nos períodos citados no parágrafo a seguir. Ou seja, percebemos um crescimento de 1991 a 1998, uma queda acentuada entre 1999 e 2005 e, finalmente, um retorno ao crescimento a partir daí.

Gráfico 2



Fonte: Site MDIC

Arquivo retirado em anexo, bem como o gráfico elaborado em Excel.

O bloco enfrentou ao longo de sua existência, portanto, divergências políticas e macroeconômicas, dado que todos seus membros atravessaram períodos de crises com recuperação de forma desordenada e também divergente. A capacidade e coordenação de respostas aos abalos conjunturais e estruturais tem sido inexistente, colocando em dúvida os objetivos até então estabelecidos pelo Tratado de Assunção.

No caso do Brasil, o país enfrentou uma grande crise em 1999 (Averbug e Giambiagi, 2000), a forte desvalorização do real desorganizou a economia brasileira, trazendo consequências negativas para o Mercosul. Por outro lado, a Argentina sofreu a maior crise de sua história no final de 2001, com a declaração da moratória e a desvalorização do peso (Folha de S. Paulo, 2005). Sendo assim, as principais economias

do bloco terminam os anos 1990 e começam o novo milênio em uma conjuntura negativa para a integração econômica e aprofundamento do Mercosul.

O gráfico 3 mostra os impactos das diversas crises econômicas na corrente de comércio do bloco, dando destaque as crises citadas no parágrafo anterior, assim como os temores com a eleição de Lula em 2002 e a crise internacional de 2008. Essa última parece ter tido, estatisticamente, menor impacto sobre a corrente de comércio, dado que tal crise representou menor decréscimo proporcional relativo à crise de 1999, o que fortalece alguns argumentos demonstrados e comentados ao longo da monografia. É válido destacar a tendência de aumento nas transações econômicas dentro do bloco.

Gráfico 3



Fonte: MDIC

O estágio atual do bloco

Os números apresentados por Graf e Azevedo (2013) ilustram o atual momento do bloco. Segundo os autores, em 2009 o PIB do Mercosul ultrapassou 2,5 trilhões de dólares, 14,6% desse montante corresponde à Argentina, 83% ao Brasil, 0,7% ao Paraguai e 1,6% ao Uruguai. A tabela 3, elaborada pelos autores, dá um panorama dos grandes números do bloco.

O comércio dos países com membros do bloco aumentou, no entanto, a proporção do comércio dentro do Mercosul em relação ao total dos países diminuiu. O gráfico 4 mostra essa tendência, indicando que o ano de 1998 marca um declínio do peso do bloco, que volta a ganhar importância no comércio de seus integrantes no ano de 2002, ainda que lentamente.

Tabela 3

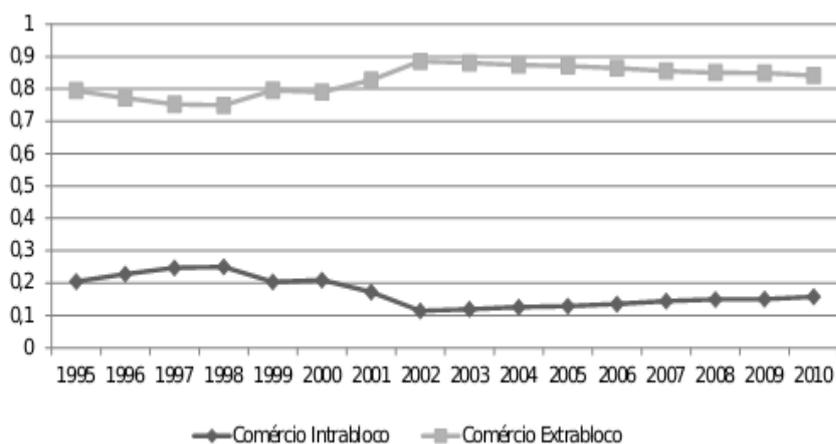
Indicadores	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
PIB bilhões [*]	368,71	2087,88	18,47	40,26
Exportações intrabloco US\$ milhões ^{**}	6778,21	6152,81	528,04	992,06
Exportações relativas (1995 a 2009) ^{***}	-22%	-14%	-16%	-38%
Importações intrabloco US\$ milhões ^{**}	17126,69	22496,75	2194,33	1955,51
Importações relativas (1995 a 2009) ^{***}	45%	-29%	5%	-2%

^{*} Fonte: World Data Bank (2011), dados de 2009.

^{**} Na primeira linha os dados se referem a 1995, enquanto na segunda linha a 2009.

^{***} Fonte: UNCTADstat (2012)

Gráfico 4



Fonte: UNCTADstat (2012)

Graf e Azevedo (2013) também argumentam que o Brasil é o país menos dependente do Mercosul como destino para suas exportações, apenas 10% delas têm como destino o bloco. No caso da Argentina esse número é de 25%, para o Uruguai

29% e o Paraguai é o mais dependente, chegando ao ápice de 63% em 2000, diminuindo para 48% em 2010.

Iniciando uma discussão mais teórica e conceitual, observamos que, teoricamente, uma união aduaneira é caracterizada pela adoção de tarifas comuns sobre cada produto importado e pela eliminação de tarifas sobre as mercadorias comercializadas intrabloco (Wolffenbüttel, 2007). No entanto, no caso do Mercosul, a união aduaneira estabelecida é pouco eficiente, no sentido de que essa liberalização não é plena, sendo bastante limitada pela TEC e sua lista de exceções.

Um exemplo de união aduaneira plena é a União Europeia, ou seja, caso em que não existem barreiras ao comércio entre seus integrantes (União Europeia, 2013). Fazendo um contraponto, no caso do livre comércio, os integrantes de um bloco, como o NAFTA (North American Free Trade Agreement) composto por EUA, Canadá e México, por exemplo, comercializam entre si sem tarifas, e podem negociar acordos livremente com outros países que não integrem o bloco. Não é fácil afirmar qual dos dois modelos é mais satisfatório, mas é possível perceber que há maior integração e benefícios econômicos para seus integrantes que o Mercosul.

Ainda na discussão sobre união aduaneira, conforme Krugman, Obstfeld e Melitz (2010) existem casos em que ela proporciona ganhos do comércio ou ainda um desvio do comércio. No primeiro caso, os integrantes se unem e possuem mais peso e relevância em negociações internacionais, já no segundo, divergências internas e má aplicação dos princípios da união não trazem benefícios, ao mesmo tempo que reduzem a independência de seus membros.

Um relevante ponto a ser destacado é que os ganhos ou desvios não, necessariamente, são os fatores principais para a formação de uma união aduaneira. A integração econômica traz benefícios como uma maior eficiência econômica, ganhos de escala e de produtividade. Ou seja, os benefícios ultrapassam os ganhos imediatos realizados através do comércio.

No caso do Mercosul, a impossibilidade de alterar tarifas estabelecidas com outros países sem uma aprovação de todos os membros tem sido um limitador para o Brasil. Esta é a principal economia do bloco e suas negociações bilaterais com outros países ou blocos fica atrelada aos morosos processos do Mercosul. O país perde

dinamismo e a possibilidade de avançar em outros acordos comerciais que poderiam trazer benefícios.

As crescentes medidas protecionistas argentinas desde a crise de 2008, aliadas ao sistema de cotas limitando a entrada dos produtos brasileiros e o fraco crescimento econômico da Argentina, ajudam a reforçar a atual vulnerabilidade do bloco e evidenciam que o Mercosul tende a aceitar passivamente as exceções criadas por seus integrantes, sobretudo a Argentina.

Giambiagi (2006) coloca, oportunamente, que “(...) o Mercosul continua sendo uma estrutura tão precária – no que tange à ausência de institucionalidade – como era em 1991.” Essa afirmação indica o limitado avanço do bloco na construção de mecanismos conjuntos de avanço nas negociações comerciais e integração regional. Os casos de protecionismo também se beneficiam da pouca institucionalidade que poderia coibí-los.

Ainda, a estatização da petrolífera YPF ocorrida em 2012, em que o governo argentino desapropriou 51% das ações, até então, sob controle da empresa espanhola Repsol, e que teve como justificativa os baixos investimentos no setor petrolífero dado que isso prejudicaria a balança comercial do país, evidenciam uma atuação crescentemente nacionalista do governo.

Assim, o Brasil, que tem cerca de 20% de sua pauta exportação voltada para a Argentina, o terceiro maior parceiro comercial brasileiro, atrás apenas de EUA e China pouco se posiciona, frente ao protecionismo argentino, e certamente, deixa de atingir os ganhos antes previstos pela integração.

Nesse contexto, como afirmou Pereira (2012), esses fatos além de adiarem as chances de sucesso do Mercosul, criam condições negativas para os demais integrantes do bloco. Levando a uma perda de confiança do investidor externo, em um contexto em que a economia mundial caminha para uma nova onda de regionalismos e acordos bilaterais dada a alteração da geografia comercial internacional, que conta com maior representatividade da China e demais países da Ásia. Além disso, o sistema de comércio

multilateral está enfraquecido, tendo com pano de fundo os impasses da Rodada Doha³ e falhas na OMC.

Pela falta de agilidade e congruência de interesses, o Mercosul está ficando para trás, não sendo capaz de elevar a competitividade da região. Além disso, possíveis negociações com o Mercosul e, sobretudo, com o Brasil, tornam-se menos frequentes. Fazer parte de uma região estável, certamente, fortaleceria a economia brasileira, mas como mencionado por Marcelo de Paiva Abreu em artigo do Jornal Folha de São Paulo: “a tarefa de vender ao mundo a ideia de que negociar com o Brasil significa, em muitos casos, incluir o restante do Mercosul é árdua.”, situação que se estende muito antes de 2012, quando esse artigo foi publicado.

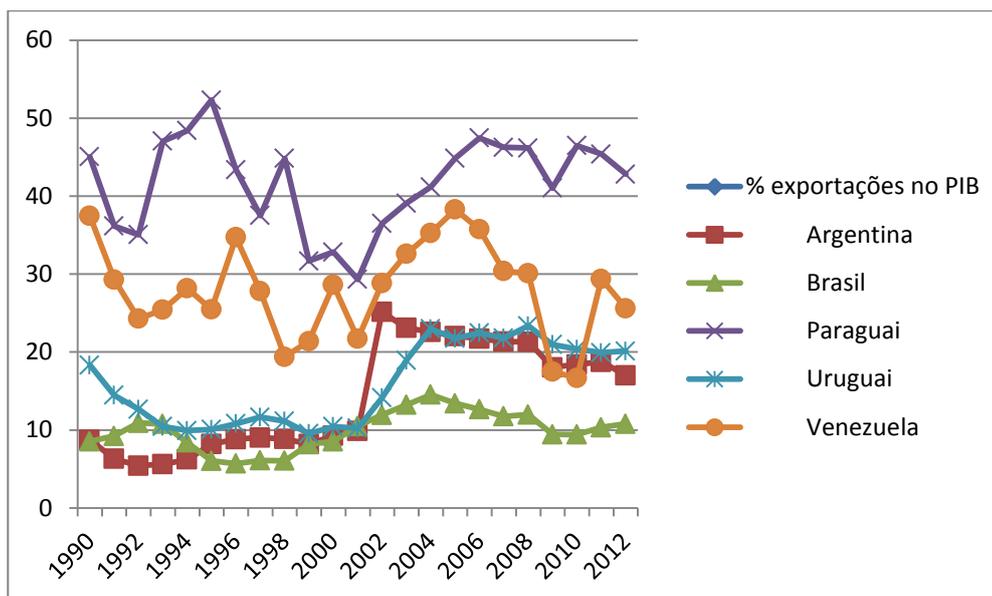
Por outro lado, é válido colocar que os problemas decorrentes da reduzida evolução do bloco (principalmente desde 1999), não significam uma defesa a favor do fim do bloco. Também não se procura defender uma evolução para um mercado comum, o objetivo é levantar a necessidade de revisão das diretrizes e interesses de seus membros, dado o contexto mundial e a limitada representatividade do Mercosul no mercado internacional.

De acordo com Baumann (2006), o Mercosul é um dos blocos de países com coeficientes de abertura mais baixos (isto é, exportações mais importações sobre o PIB). Em outras palavras, é um bloco econômico formado por países protecionistas e economias pouco abertas. Isso evidencia ainda que o Mercosul não acompanhou a evolução do grau de abertura dos demais blocos mundiais.

Os gráficos 5, 6, 7 e 8, comparam a abertura comercial do bloco com outros países. O gráfico 5 mostra o percentual que as exportações representam no PIB de cada país. Destaque para o Paraguai e Venezuela, no entanto esta tem um percentual elevado por causa de suas exportações de petróleo. O Brasil exporta apenas 10% de seu PIB, possuindo uma economia bastante voltada para seu grande mercado interno. A Argentina apresenta uma tendência negativa desde a crise de 2002.

³ A Rodada Doha constitui a 9ª rodada de negociações comerciais mundiais, liderada pela OMC, com início em 2001, tem como objetivo principal o incentivo ao livre comércio e ao multilateralismo.

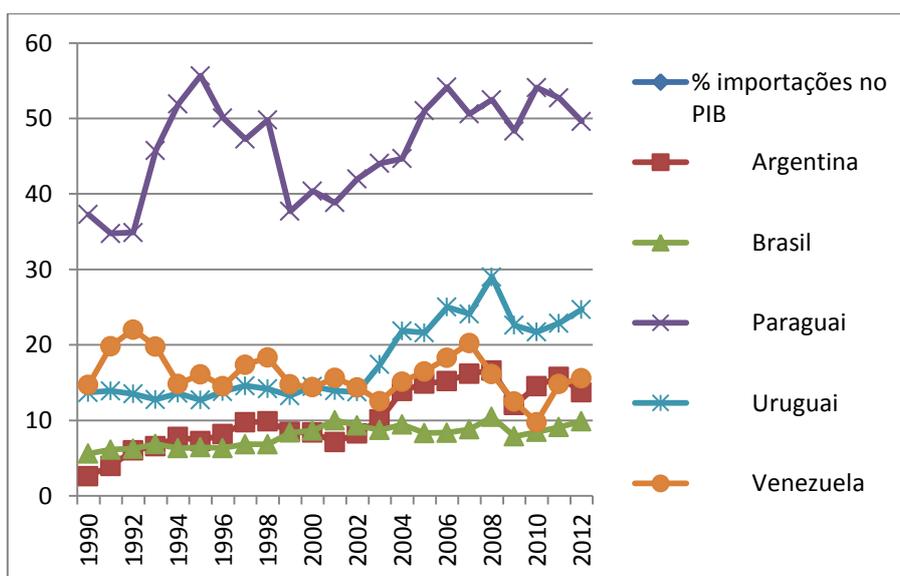
Gráfico 5



Fonte: UNCTAD. Elaboração própria

O gráfico 6 mostra o percentual que as importações representam em cada um dos países do bloco. Novamente o Paraguai merece destaque, com aproximadamente 50% do seu PIB. Observa-se um aumento das importações uruguaias, a Argentina se mantém relativamente estável, assim como o Brasil. A Venezuela apresenta um comportamento um pouco mais instável, o que pode ser relacionado a problemas econômicos internos.

Gráfico 6

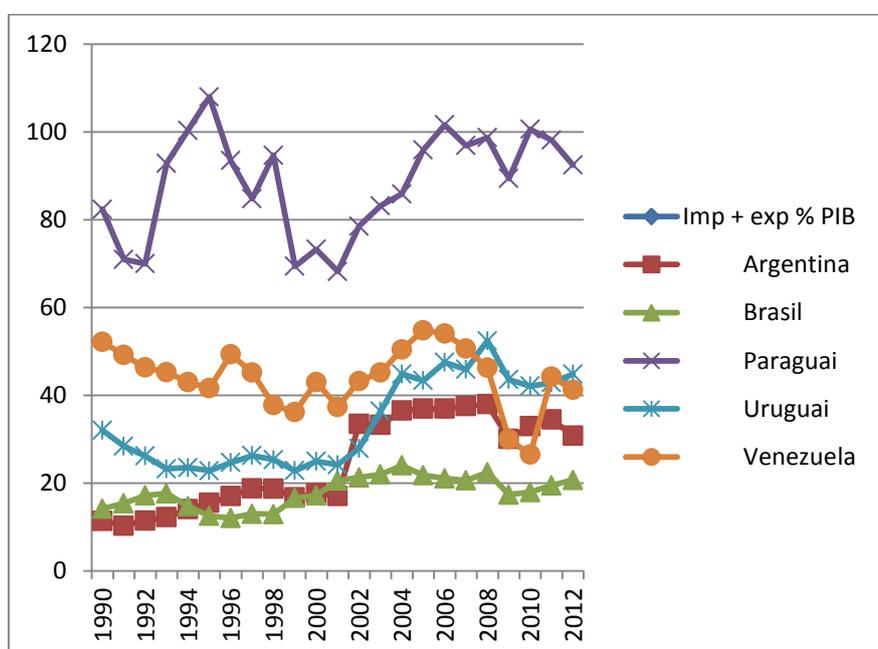


Fonte: UNCTAD. Elaboração própria

O gráfico 7 agrega os dados dos gráficos 5 e 6, mostrando o peso do comércio no PIB dos países do mercosul, somando o valor das importações e exportações. Fica claro que o país mais aberto para o comércio é o Paraguai, seguido do Uruguai. A Venezuela é um caso a parte, tendo em vista não apenas o peso do petróleo na sua pauta de exportações, mas também a necessidade de importar os produtos mais básicos devido a carência e incapacidade produtiva dos produtores venezuelanos.

O comércio representa aproximadamente 35% da economia argentina, enquanto esse percentual é de 20% no Brasil. Para melhor interpretar esses dados, o gráfico 8 traz dados de China, Alemanha, Japão e Estados Unidos.

Gráfico 7



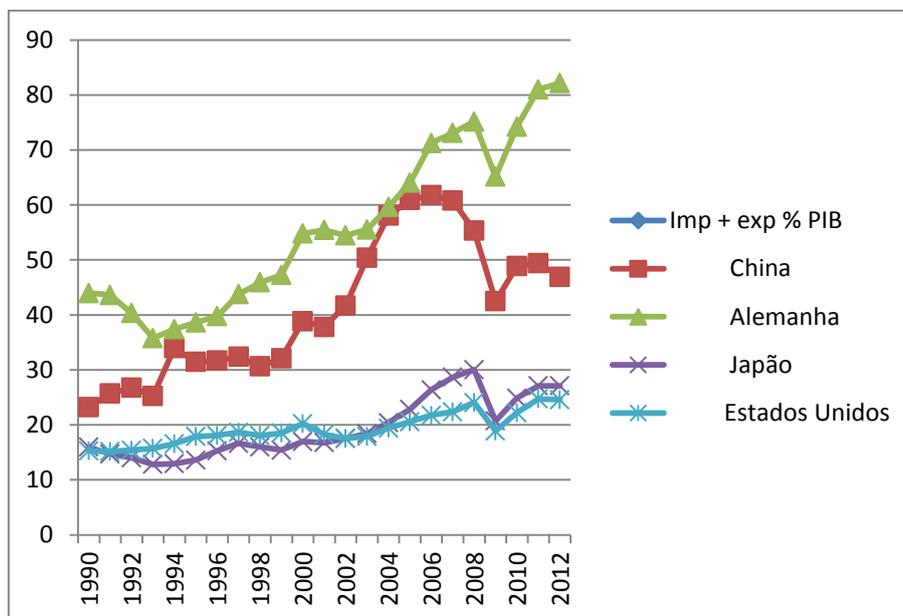
Fonte: UNCTAD. Elaboração própria

O gráfico 8 indica que as economias da Alemanha e da China possuem grande impacto do comércio. O primeiro país conta com mais de 80% de seu PIB na soma de importações e exportações, enquanto o segundo tem cifras de aproximadamente 50%. No entanto, Estados Unidos e Japão possuem percentuais menores. No entanto, todos esses países estão a frente do Brasil em termos de abertura comercial.

Observando agregadamente esses dados, percebe-se que os países do Mercosul ainda precisam percorrer um longo caminho para se abrir comercialmente. A

importância que o comércio possui na economia chinesa é muito grande, sendo esta uma economia emergente da mesma forma que o Brasil e demais integrantes do bloco. Sendo assim, é possível tentar seguir o rumo chinês, ao menos em relação ao incremento da importância do comércio para os países do Mercosul.

Gráfico 8



Fonte: UNCTAD. Elaboração própria

Ainda é preciso discutir até que ponto a liberalização do comércio daria mais liberdade para possíveis negociações extrabloco. Os seguintes capítulos abordam os rumos do comércio internacional e posteriormente discutem a respeito das perspectivas para o bloco, sobretudo para o Brasil.

Capítulo 3 - Para onde caminha o arranjo mundial

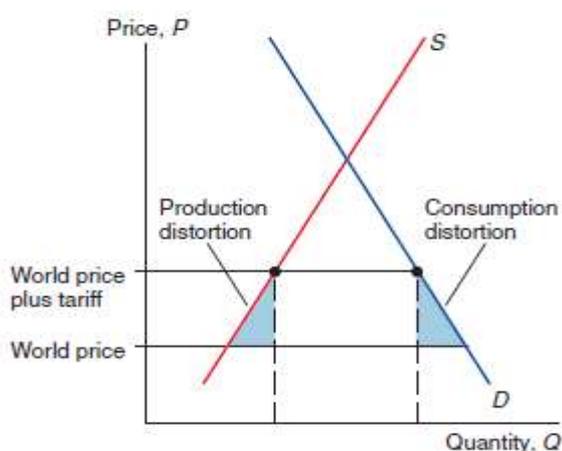
Teoria das áreas monetária ótimas e Teoria do segundo melhor

Antes de tratarmos sobre as teorias das áreas monetárias ótimas e do segundo melhor expostas por Krugman, Obstfeld e Melitz (2010), é válido tratarmos sobre algumas questões a favor e contra o livre comércio levantadas pelos autores.

Primeiramente, são discutidas algumas questões a favor da liberalização do comércio, ou seja, quando não há restrições às importações e proteção ao mercado interno. Dentre os principais argumentos a favor do livre comércio temos: a geração de ganhos de eficiência, eliminando distorções geradas por tarifas, as áreas sinalizadas em azul no gráfico 9 indicam as perdas geradas pelas tarifas (distorções); o aumento do bem-estar nacional; ganhos com economias de escala, isto é, quando um setor torna-se mais eficiente de acordo com o aumento da escala de produção, permitindo que países sejam capazes de produzir mais bens que possuem vantagens comparativas; permite o aumento de oportunidades de aprendizado e inovações.

Ainda existe um argumento político a favor do livre comércio, relacionado ao fato de que políticas comerciais podem ser influenciadas por interesses e pressões políticas, em detrimento de custos e benefícios reais gerados, levando ainda à políticas protecionistas que, nem sempre, são economicamente melhores para a população.

Gráfico 9

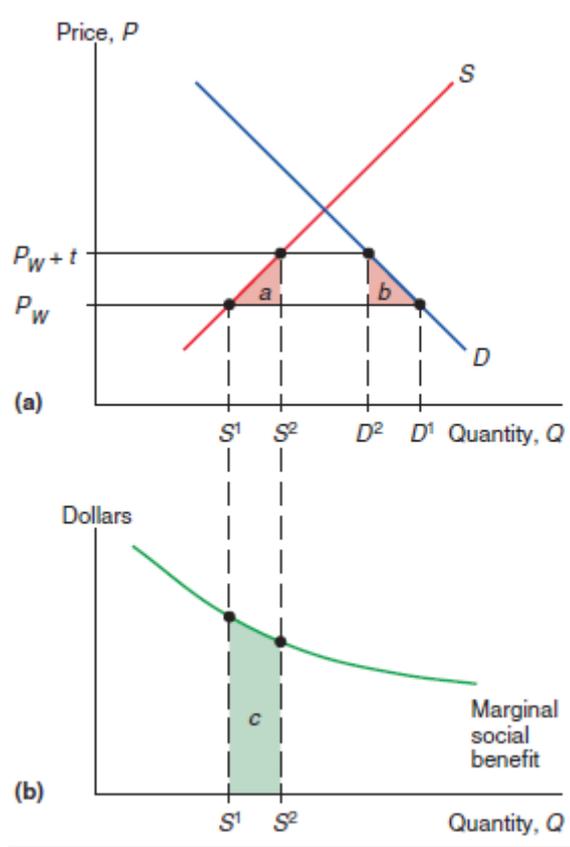


FONTE: Krugman, Obstfeld e Melitz (2010)

Por outro lado, o ponto de vista contra o livre comércio, se contrapondo ao argumento apresentado acima de que as tarifas geram distorções, afirma que, na verdade, as tarifas permitem o aumento dos preços de produtos provenientes de grandes países exportadores. A lógica é que tais países influenciam o mercado internacional e os demais são prejudicados pelos termos de troca, precisando de tarifas para se proteger

Cabe aqui verificar no gráfico 10, que as tarifas se tornam benéficas quando superam os custos, ou seja, a tarifa ótima, a qual permite a maximização do bem-estar nacional. Além disso, outro ponto relevante é o argumento da falha do mercado doméstico, em que o mercado de um país não funciona de forma correta quando não há interferência. A interferência seria, portanto, corretiva.

Gráfico 10



FONTE: Krugman, Obstfeld e Melitz (2010)

A partir do último conceito apresentado, chegamos a um conceito mais geral: a teoria do segundo melhor. O principal argumento é que uma política econômica sem interferências é melhor se todos os mercados estiverem funcionando adequadamente. A partir do momento em que algum mercado não funcione adequadamente, o governo deverá intervir para corrigir as falhas, tendo como objetivo final o aumento do bem-estar geral.

A implicação desse argumento é que a correção de falhas deve ser feita da maneira mais direta possível, intervenções indiretas podem ser indesejáveis e não colaborar para a mitigação da falha. Conseqüentemente, as políticas comerciais baseadas no argumento de que o mercado apresenta falhas não é a solução mais eficiente, mas políticas de segundo melhor. Ou seja, a segunda melhor opção disponível, tendo em vista que a primeira seria não intervir.

Já no caso da teoria das áreas monetárias ótimas levanta-se uma questão relativa ao uso de uma moeda única e os conseqüentes custos e benefícios gerados por um acordo que determina taxas de câmbio fixas, bem como a convergência de fatores micro e macroeconômicos. Um exemplo são os membros da União Europeia que adotaram o euro e precisam de coordenação política e seguir as regras estabelecidas pela União.

Inicialmente, defende-se que o principal benefício das taxas fixas de câmbio em relação às flutuantes é que possibilitam uma maior previsibilidade para que os países façam parte de uma área monetária comum, o que gera um ganho de eficiência monetária. Certamente, esse ganho é maior ainda se o comércio entre os integrantes for elevado. Outro ganho gerado ocorre quando os fatores de produção podem migrar livremente dentro da área onde a moeda é comum. Sendo assim, o ganho de eficiência monetária supera as perdas a medida que a integração entre os países aumenta.

Ainda tratando sobre a teoria das áreas monetárias ótimas, é defendido que existem custos para um país se atrelar a uma área monetária, como por exemplo: a perda da capacidade de usar a variação da taxa de câmbio e a política monetária para estabilizar o produto e o emprego. A ideia é que o país perde autonomia e fica atrelado a diretrizes comuns aos demais integrantes da área.

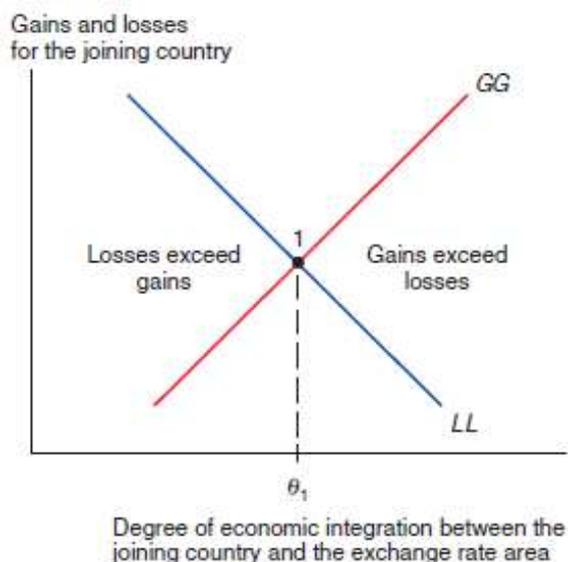
Nota-se que os efeitos mais severos no caso de perturbações nessa economia, o que pode acarretar maior instabilidade, quanto mais amplas forem suas relações com

países não integrantes do bloco. A instabilidade tem menores efeitos, quanto mais integrado o país for ao bloco, dado que é possível a migração dos fatores entre países, o que torna uma recuperação mais rápida no caso de uma crise.

Chegamos então ao modelo GG-LL, que é utilizado para examinar como mudanças no ambiente econômico de um país irão afetar sua disposição de atrelar sua moeda à de uma área mais ampla. Graficamente, conforme podemos ver pelo gráfico 11, GG representa o ganho de eficiência monetária que um país obtém ao ingressar em uma área monetária, e LL representa a perda de estabilidade econômica nessa mesma situação.

Essa relação é a base da teoria das áreas monetárias ótimas, isto é, regiões formadas por um grupo de países com economias relacionadas pelo elevado grau de comércio e pela mobilidade de fatores e que se integram, dependem da combinação entre GG e LL.

Gráfico 11



FONTE: Krugman, Obstfeld e Melitz (2010)

Fazendo um paralelo com a primeira teoria apresentada, temos que a intervenção dos governos no sentido da criação de tarifas entre outras barreiras comerciais, seria uma forma de corrigir as falhas do livre comércio. Portanto, não seria a melhor opção, já que o melhor seria o livre comércio funcionando plenamente, mas sim uma situação de segundo melhor, baseada na busca do aumento do bem-estar geral. Nesse sentido, um acordo preferencial⁴ de comércio entre países, seria uma situação melhor do que não haver nenhum esforço no sentido da liberalização comercial.

Já, tendo como base a segunda teoria discutida, entendemos que uma área monetária ótima é formada por países com relações comerciais elevadas e com acentuada mobilidade de fatores de produção, funcionando de modo similar a um único país, o que justifica a adoção de uma taxa de câmbio fixa e outros tipos de coordenação macroeconômica. Individualmente cada integrante enfrenta o *trade-off* entre ganho de eficiência monetária e perda de estabilidade. A fim de atingir benefícios econômicos líquidos positivos, essa relação deve estar acima de seu nível crítico.

Aplicando essa teoria, na tentativa de responder se a União Europeia é uma área monetária ótima, alguns argumentos utilizados por Krugman, Obstfeld e Melitz (2010) indicam que não. Primeiramente, porque comparando a proporção das exportações em relação ao PIB entre os países da União Europeia e os estados dos EUA, percebemos uma proporção bem maior no caso dos EUA. Da mesma forma, podemos fazer tal comparação entre os integrantes do Mercosul, mesmo que seus países não formem uma área monetária comum ou que suas moedas não estejam atreladas a uma única moeda, obteremos como resultado uma relação ainda pior.

Outro ponto a ser comparado é a migração entre os países da União Europeia e os estados americanos. No caso da Europa, existem inúmeras barreiras que fazem com que essa estatística seja reduzida (Eurostat, 2013): diferenças de línguas, cultura, leis, religião e questões relacionadas à aposentadoria. Essa dificuldade na migração estabelece ainda uma barreira à mobilidade da mão-de-obra. Assim, comparando as taxas de desemprego nas diferentes regiões dos EUA com o desemprego nos países da União Europeia, percebe-se que entre os estados americanos as variações são menos

⁴ Segundo a OMC, não é permitido que um país pratique duas diferentes tarifas para o mesmo produto comercializado com dois países. Um acordo preferencial é permitido, a partir do momento em que haja uma redução mútua de tarifas entre dois países.

persistentes. A mesma associação pode ser feita para os integrantes do Mercosul, que também possuem tais diferenças e baixa migração entre si.

Outra questão é que a integração só será maior, quanto mais semelhante a estrutura econômica entre os países, de modo que, havendo um volume de comércio elevado entre os integrantes, quando ocorrem perturbações que afetem um determinado país da mesma área monetária o ajuste será mais rápido, funcionando como em um único país. Isso também não ocorre entre todos os países que integram a União Europeia, a exemplo da recente crise Grega e o que pode ser analisado pelo comércio intraindústria de produtos similares.

Ainda, os países possuem características diferentes nos fatores de produção, isto é, capital e trabalho e dos níveis de produtividade. Em um momento de crise, a mão-de-obra pouco qualificada dificilmente migra, enquanto o capital flui mais rapidamente, intensificando ainda mais uma crise; caso dos PIGS: Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha (BBC, 2010).

Também devemos avaliar a fluidez dos recursos fiscais. No caso da Europa, os recursos econômicos são repassados entre os países em uma escala muito reduzida, enquanto nos EUA, os estados mais pobres recebem apoio automático do governo. Obviamente no caso Mercosul, essa transferência de recursos sequer existe, dado o estágio atual de escassa integração e desenvolvimento do bloco.

Então, uma pergunta relevante seria: se o Mercosul estabelecesse uma única moeda, seria possível estabelecer um mercado único e mais eficiente? Ou ainda, o Mercosul hoje forma uma área monetária ótima? A resposta parece ser não. Isso de acordo com os fatores até aqui discutidos, sobretudo, a falta de coordenação macroeconômica, veremos que dada a baixa integração entre os países, os ganhos líquidos da integração seriam provavelmente negativos para cada um dos países do bloco, representando, portanto muito mais perdas do que ganhos com a integração.

Os argumentos de Arestis, Ferrari, Paula e Sawyer (2003) serão úteis para esclarecer as questões do parágrafo anterior. Os autores comparam o Mercosul com a zona do euro, afirmando que uma possível união monetária no cone sul deve considerar os problemas europeus, como a baixa mobilidade de mão-de-obra e questões de política fiscal. Uma união monetária se beneficia de integração política, e necessita uma

coordenação da política fiscal e do sistema de seguro social. Sendo assim, a integração econômica e social devem anteceder a união monetária.

Em relação ao Mercosul, os autores discutem que os países exportam pouco, o comércio representam uma pequena porção dos seus PIBs. Isso indica que ainda são economias fechadas, com pouco grau de abertura econômica. Dão especial destaque aos casos de Argentina e Brasil, países consideravelmente fechados. Em relação a mobilidade de capitais, a integração financeira é muito baixa e impede um maior fluxo de capitais entre os países e também a entrada daqueles de fora do bloco.

Os autores prosseguem e afirmam que praticamente não existe mobilidade de mão-de-obra dentro do bloco, além das economias estarem sujeitas a choques e volatilidade em critérios fundamentais como inflação e taxa de câmbio. Resumidamente, a convergência macroeconômica entre os integrantes do bloco não ocorre.

O Mercosul não é uma área de livre comércio e existem inúmeros obstáculos para se criar uma união monetária regional. Um primeiro obstáculo é a pouca integração dos mercados, o comércio dentro do bloco é pequeno, além da divergência em questões macroeconômicas. Sendo assim, os autores acreditam que o Mercosul não é uma área monetária ótima e está longe de ser.

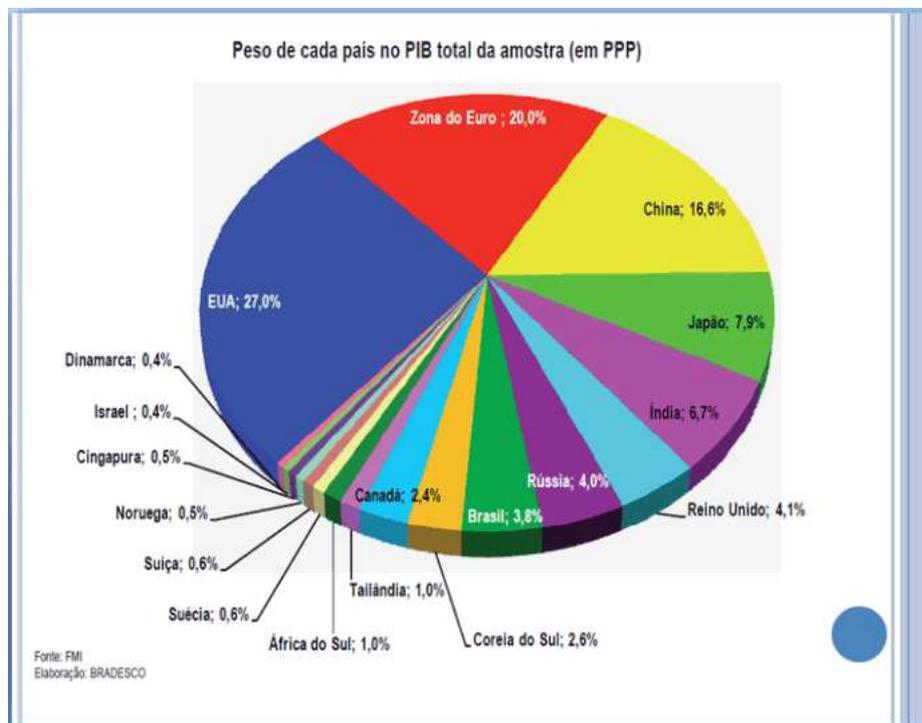
Ainda nessa discussão, Numa (2011) aponta que a América Latina não está pronta para implementar uma união monetária. O autor destaca questões semelhantes às previamente abordadas, como a baixa integração econômica entre os países e a união aduaneira incompleta e limitada. Além disso, a ideia de introduzir uma moeda comum no bloco perdeu adeptos. Mas a principal questão é que os próprios integrantes do bloco parecem não acreditar na sua integração.

A nova geografia mundial

A fim de comparar os principais fluxos internacionais de comércio e a representatividade das principais regiões, conforme o gráfico 12, verificamos que os

EUA e União Europeia detêm parcela representativa do PIB mundial. A zona do euro responde por 20% do PIB mundial e os EUA por 27%.

Gráfico 12



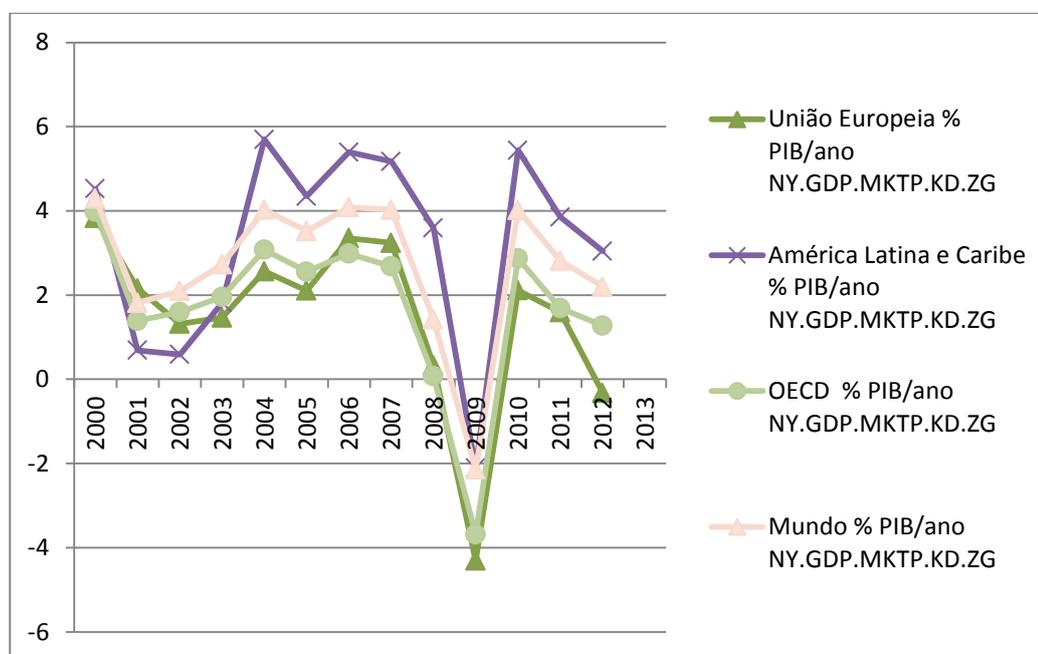
Fonte: FMI.

Analisando a evolução da taxa de crescimento do PIB nos últimos anos, sobretudo após a crise de 2008 iniciada nos EUA e suas implicações, notamos que mesmo com uma participação maior no PIB, os países e regiões mais desenvolvidas, no caso EUA e União Europeia, têm apresentado uma taxa de crescimento do PIB cada vez menor (Portal Brasil, 2011). Ao mesmo tempo, os países em desenvolvimento, têm apresentado maiores taxas de crescimento. Isso evidencia que a persistência dos impactos da crise foi maior nas economias desenvolvidas. O gráfico 13 indica essa tendência de maior crescimento em países em desenvolvimento.

Vale ressaltar a ascensão dos países asiáticos, principalmente China, a respeito do comércio mundial, dado um aumento mais significativo do PIB ao longo dos últimos anos, comparativamente aos demais países e regiões. A China se transformou no maior

produtor mundial de produtos manufaturados, seu impacto na economia mundial e na brasileira é considerável. Deve-se destacar que é o maior parceiro comercial do Brasil (Exame, 2013).

Gráfico 13



Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

O fluxo comercial entre a América Latina e a China aumentou 21 vezes nos últimos 12 anos, de 12 bilhões de dólares em 2000, para 250 bilhões em 2012 (MercoPress, 2013). Já em relação ao Mercosul, as exportações chinesas atingiram 48,4 bilhões de dólares e as importações 51 bilhões de dólares no ano de 2011 (G1 Economia, 2012). O bloco exporta principalmente produtos primários e importa manufaturados.

Notamos assim, a redução da participação da União Europeia e dos Estados Unidos, ainda, principais parceiros do Mercosul. Isso demonstra uma menor influência, aumento da fragilidade e talvez o início de um processo recessivo dessas duas regiões desde a crise de 2008, em detrimento da ascensão asiática, sobretudo chinesa.

Outro fenômeno presente nas discussões atuais e que merece destaque é o incremento do grau de integração entre países, através da desintegração do processo produtivo, isto é, uma mesma indústria está internacionalmente constituída e

fragmentada entre as diversas etapas do processo de produção (Hasenclever e Kupfer, 2002). Países fora da formação de acordos, acabam por se ausentar também das cadeias produtivas e fora das negociações globais.

Regionalismos

Conforme discutido por Pereira (2012), nota-se uma nova onda de regionalismos. Diversos fatores justificam esse fenômeno: as dificuldades na Rodada Doha, a relevância de cadeias produtivas mundiais, o embate entre China e EUA sobre regulação do comércio mundial, e, finalmente, questões domésticas.

A autora destaca falhas nas negociações multilaterais, a OMC não consegue avançar nas negociações entre seus 159 membros. Essa conjuntura leva ao surgimento de novos acordos como: Acordo de Associação Transpacífico, Acordo Transatlântico e a Aliança do Pacífico. Tais acordos significam uma mudança no arranjo mundial.

O Acordo de Associação Transpacífico é composto por Austrália, Brunei Darussalam, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura, Vietnam, Estados Unidos e Japão. O Acordo Transatlântico é entre os EU e a União Europeia. A Aliança do Pacífico é formada por Chile, Colômbia, México e Peru (Aliança do Pacífico, 2013).

Esses exemplos de grandes acordos regionais colaboram para o debate sobre o isolamento brasileiro nessa nova onda de regionalismo econômico baseado em cadeias produtivas regionais e globais. O Brasil deve se esforçar para participar em tais cadeias, além de rever o papel do Mercosul. Este bloco, originalmente, buscava inserir competitivamente seus integrantes na economia mundial, algo que não aconteceu. Por último, a autora afirma que a reforma da TEC é um fator de grande relevância.

Capítulo 4 - Perdas e ganhos para o Brasil

As dificuldades de coordenação do bloco e as perdas para a economia brasileira

De acordo com Gardini (2011) existe uma grande diferença entre o discurso e a prática no Mercosul. Primeiramente, existem diferenças entre as discussões políticas e as discussões técnicas sobre o bloco. Em segundo lugar, o que foi decidido no nível técnico enfrenta problemas de implementação. O autor argumenta que existem os céticos e os otimistas em relação ao desenvolvimento do bloco.

Limitações são a inexistência de organismos supranacionais, sendo assim, a integração não foi promovida baseada em instituições regionais, mas sim pelos integrantes e seus líderes, de quem o processo de integração depende. Assim como a emergência de outros processos de integração na América Latina.

Prosseguindo com sua análise, Giardini afirma que o Mercosul busca ser um mercado comum, no entanto é uma área de comércio incompleta que tenta sem sucesso se tornar uma união alfandegária. Atualmente, a área de livre comércio sofre pelas exceções comerciais, barreiras não-tarifárias, mas o principal problema está relacionado às regras sobre produtos manufaturados dentro do bloco que não se estendem aos que vêm de outros países.

As implicações desse quadro são uma dupla tarifação de produtos que entram no Mercosul e depois transitam entre os integrantes do bloco e a concentração de investimentos nos países mais relevantes, Argentina e Brasil. Já os problemas relacionados à consolidação da união aduaneira são os de negociações com países ou blocos que não fazem parte do Mercosul.

Resumindo o argumento de Giardini, o Mercosul ainda se encontra com uma institucionalização porosa e limitada e pelo predomínio dos executivos nacionais frente a órgão regionais. Essa situação dificulta sua evolução.

Tendo em vista esse quadro, o Brasil maior economia do bloco se prejudica ao depender dos demais integrantes em negociações comerciais relevantes para o

desenvolvimento nacional e regional. A Argentina enfrenta periódicas crises econômicas e políticas. Uruguai e Paraguai são mercados pequenos e pouco diversificados. A entrada da Venezuela é problemática não apenas por fatores econômicos, mas principalmente por fatores políticos. O Mercosul possui uma cláusula democrática, segundo ela, todos seus integrantes devem ser democracias; pairam dúvidas sobre a democracia Venezuelana e isso traz consequências negativas ao bloco (Azevedo, 2012).

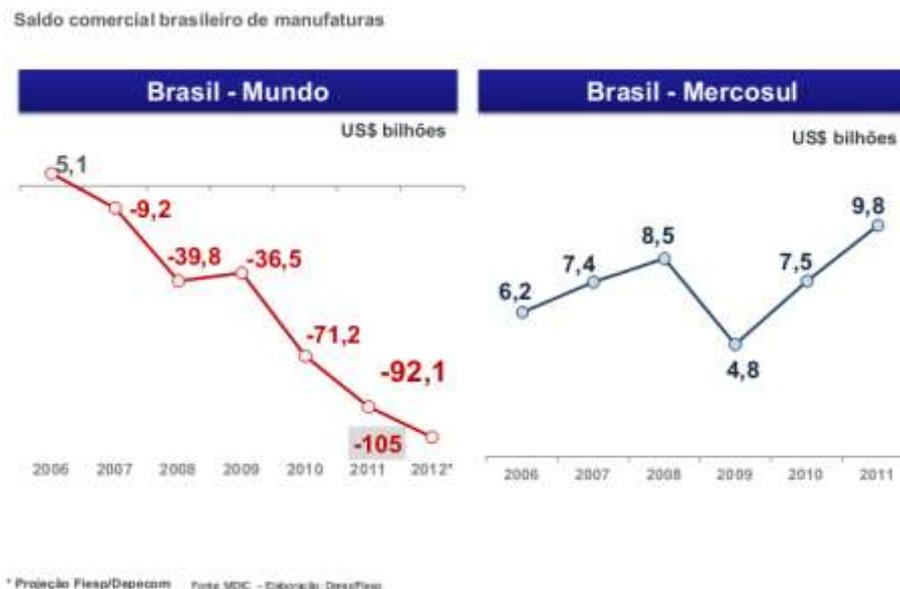
De acordo com Celeste (2012), um ponto fundamental é a coordenação de políticas macroeconômicas. Existem algumas opções para avançá-las como a troca de informações, administração conjunta de crises e a coordenação de objetivos comuns. Tendo em vista os problemas do bloco uma solução seria adotar, inicialmente, formas mais simples de coordenação macroeconômica. O autor ainda afirma que houve uma intensificação do protecionismo no Mercosul a partir de 2011.

Ganhos para o Brasil

Pode-se pensar em algumas vantagens que o Mercosul traz para o Brasil, tanto em termos econômicos, quanto políticos. Do ponto de vista político, o bloco permite ao país reforçar sua posição de liderança regional. Economicamente, o aspecto mais marcante é o considerável superávit do Brasil com o bloco, especialmente na exportação de produtos mais sofisticados.

Enquanto a pauta de exportação brasileira (MDIC, 2013) é dominada por produtos primários de baixo valor agregado, como minério de ferro, soja, milho e carne, as exportações para o Mercosul contam com uma grande presença de produtos mais elaborados, como automóveis e eletrônicos. O gráfico 14 indica o superávit brasileiro com o Mercosul no comércio de manufaturas, assim como o crescente déficit do país em relação ao resto do mundo nesse mesmo comércio.

Gráfico 14



Fonte: MDIC

O atual momento da economia brasileira é de crescente primarização da sua pauta de exportação, no entanto, o Mercosul se mantém como um importante destino de produtos brasileiros com maior valor agregado.

Dados de 2013 do Comex Brasil confirmam o grande superávit brasileiro com o Mercosul, enquanto existem consideráveis déficits com a UE e a África. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ex-secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores no governo Lula e Alto Representante Geral do Mercosul até junho de 2012 afirma que:

“Os países do Mercosul são o maior destino das exportações de nossos produtos industriais. Temos superávits com os maiores parceiros, que são Argentina e Venezuela. Além disso, nada impede que exportemos para os Estados Unidos ou para a Europa, mas não temos competitividade para tanto.” (Comex do Brasil, 2013)

Perspectivas Brasil e Mercosul

Romero (2011), reforçando tópicos que já foram abordados neste trabalho, afirma que a TEC do Mercosul traz limitações ao Brasil, impedindo o país de negociar outros acordos tarifários. Dessa forma o país precisa buscar novos mercados, diversificando seus parceiros comerciais em detrimento do Mercosul. O autor ainda

aponta que o Brasil é visto como lento nas negociações que buscam a liberalização do comércio.

Romero prossegue e ressalta a dificuldade brasileira em se integrar a uma economia internacional caracterizada por blocos comerciais. Existem grandes impasses para realizar acordos com os EUA e UE, já que tanto o Brasil como o Mercosul possuem vantagem competitiva nos setores produtivos que enfrentam grandes barreiras comerciais por parte deles. O Brasil não firma acordos regionais, enquanto EUA e UE avançam nesse sentido.

Capítulo 5 - Conclusão

O Brasil está cada vez mais isolado em termos comerciais, sendo assim, dificilmente, poderá beneficiar-se das novas tendências do comércio internacional. Existem graves problemas na estratégia de negociação comercial, que parece ser inexistente, assim como dificuldades para criar um mercado regional para seus produtos. No entanto, o grande ponto a ser destacado é a pouca integração brasileira na cadeia produtiva regional com os demais países, a exemplo do que ocorre na Ásia e na Europa.

Os países que integram a Aliança do Pacífico - México, Chile, Colômbia e Peru - firmaram acordos com os EUA, com a Europa e com a China e estão inseridos no contexto dinâmico dos acordos regionais de livre-comércio. A fragmentação da produção e a exclusão das negociações externas começam a afetar o comércio externo brasileiro de manufaturas pela perda de sua competitividade e pela concorrência da China.

Tendo em vista os dois momentos históricos do Mercosul, aquele que antecedeu as crises brasileira e argentina do final do século XX e começo do século XXI, pode-se fazer um paralelo com as conjunturas predominantes em cada momento. No primeiro momento, o de criação do bloco a lógica dominante na região era a do liberalismo. Economias que durante décadas adotaram um modelo de substituição de importações e protecionismo estavam se abrindo não somente entre elas mesmas, mas também para o mundo.

No segundo momento, o estatismo recuperou sua popularidade e trouxe as consequências usuais, protecionismo, maior controle dos mercados. Um exemplo no Brasil é o crescente papel do BNDES e as intervenções no mercado cambial. O estatismo é mais grave na Argentina, que sofre a ponto do mercado ter perdido confiança nas estatísticas oficiais sobre sua economia.

O paralelo com o Mercosul é que enquanto o liberalismo predominou, o bloco avançou, com o aumento do estatismo, sua evolução foi retardada. A grande questão é: o que vai acontecer agora? Qual a tendência das principais economias do bloco? Diversos autores expuseram que os presidentes dos países membros possuem grande

influência dentro do bloco, sendo assim, nada mais natural que presidentes mais liberais tragam benefícios para o bloco, enquanto presidentes mais protecionistas, tragam consequências negativas.

Tendo isso em mente, o futuro do Mercosul está fortemente atrelado a orientação econômica dos presidentes da Argentina e do Brasil, que no atual momento é, fortemente, intervencionista. A entrada da Venezuela é outro fator complicador, sendo este país pouco democrático e com um grau de intervenção econômica exagerado.

Finalmente, parece que o Mercosul é mais virtual ou retórico do que real. Um exemplo que ilustra esse ponto de vista é o fato do passaporte dos cidadãos do bloco, independentemente de sua nacionalidade, possuírem o nome do bloco antes do país. Qual o propósito de ter 'Mercosul' no passaporte se praticamente não existem instituições regionais, se os entreves ao comércio e integração são consideráveis e aparentemente não fazem parte da agenda política de seus integrantes?

Logo, buscamos aqui resumir a discussão feita ao longo do trabalho, assim como, levantar questões relevantes para o desenvolvimento desse tópico e para aqueles que se preocupam com a integração regional. Acredito ter exposto o debate e ressaltado sua relevância para o Brasil e para a região.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva. Desafios da diplomacia sul-americana. O Estado de S. Paulo, 2 de junho de 2008.

ALADI, 2013. http://www.aladi.org/nsfaladi/arquitect.nsf/VSTITIOWEB/quienes_somos

ALIANÇA DO PACÍFICO, 2013. <http://alianzapacifico.net/en/>

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma história do Mercosul: desvio dos objetivos primordiais. Revista Espaço Acadêmico, n. 120, maio de 2011.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma história do Mercosul: do nascimento à crise.. Revista Espaço Acadêmico, n. 119, abril de 2011.

ARESTIS, Philip.; FERRARI FILHO, Fernando.; PAULA, Luiz. Fernando.; SAWYER, Malcolm. (2003). O Euro e a UME: lições para o Mercosul. Economia e Sociedade . Campinas, v. 12, n. 1, p. 1 – 24, jan/jun. www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=549&tp=a

AVERBUG, A.; GIAMBIAGI, F. A crise brasileira de 1998/1999 – Origens e consequências. BNDES Texto para Discussão n. 77, Rio de Janeiro, maio 2000

AZEVEDO, 2012. <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/governo-do-brasil-evoca-clausula-democratica-para-suspender-paraguai-do-mercosul-e-falta-de-vergonha-na-cara-explico-por-que/>

BANCO MUNDIAL. <http://data.worldbank.org/>

BAUMANN, Renato, MUSSI, Carlos. Mercosul: Então e agora. Publicação CEPAL, 2006

BBC, 2010. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8510603.stm>

BENELUX, 2013. http://www.benelux.int/fr/bnl/bnl_intro.asp

BRAGA, Marcio Bobik; GREMAUD, Amaury Patrick. Cooperação macroeconômica na América Latina: possibilidade ou utopia?. Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais, vol.7 n 2, 2012.

CELESTE, Igor Isquierdo. Argentina e Brasil nos Primeiros 20 Anos do Mercosul: Políticas Macroeconômicas e Comércio Bilateral. Dissertação do Mestrado em Estudos Estratégicos Universidade Federal.

COMEX DO BRASIL, 2013 <http://comexdobrasil.com/mercosul-persiste-como-principal-fonte-de-superavit-para-comercio-exterior-brasileiro/>

CORAZZA, Gentil. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, 2006. do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2012 <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70008>

EUROSTAT,
013) http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics

EXAME, 2013 <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/brasil-e-china-tem-chance-para-promover-comercio-diz-temer>

_____, 2012 <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/paraguai-representara-o-mercosul-nas-negociacoes-com-a-ue>

FOLHA DE S. PAULO, 2005 <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u93997.shtml>

G1 ECONOMIA, 2012 <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/06/china-e-mercosul-buscarao-ampliar-comercio-para-us-200-bilhoes-em-2016.html>

GARDINI, Gian Luca. "MERCOSUR: What You See Is Not (Always) What You Get." *European Law Journal* 17, no. 5 (September 2011): 683-700.

GIAMBIAGI, Fabio; BARENBOIM, Igor. Mercosul: Por uma nova estratégia. *Revista BNDES*, vol. 12, n. 24. 2005

GIAMBIAGI, Fabio; MARKWALD, Ricardo. A Estratégia de inserção do Brasil na Economia mundial: Mercosul ou Lonely Runner? *Ensaio BNDES*, 2023.

GIRALDI, Renata. Adesão da República Bolivariana da Venezuela Depois da Venezuela, Bolívia e Equador negociam integração ao Mercosul <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-07-31/depois-da-venezuela-bolivia-e-equador-negociam-integracao-ao-mercosul>

GRAF, Claudir Olímpio; AZEVEDO, André Filipe Zago de. Comércio bilateral entre os países membros do mercosul: uma visão do bloco através do modelo gravitacional. *Econ. Apl.*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, Mar. 2013. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502013000100007&lng=en&nrm=iso

HASENCLEVER, L. & KUPFER, D. ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL, Ed. Campus, 2002. Rio de Janeiro.

KEGEL, Patricia Luiza; AMAL, Mohamed. Perspectivas das negociações entre o Mercosul e a União Europeia em um contexto de paralisia do sistema multilateral e da nova geografia econômica global. *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº 2(131), pp. 341-359, 2013.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. MELITZ, Marc. *Economia Internacional: teoria e política*; 8ed, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MARZAGÃO, 2011. <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-terceiro-fracasso-do-mercosul,675591,0.htm>

MDIC (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO), 2013 <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571>

MERCOPRESS, 2013 <http://es.mercopress.com/2013/11/28/comercio-de-latino-america-con-china-en-doce-anos-se-multiplico-por-veintiuno>

MERCOSUL, 1991 tratado de assunção <http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1>

_____, 1994 disponível em: Protocolo de Ouro Preto
http://www.dpu.gov.br/encontro/encontroredpo/pdf/Protocolo_de_Ouro_Preto_PT.pdf

_____, 2013 Fonte: <http://www.mercosul.gov.br/dados-gerais>

_____, pré-requisito integrar a (ALADI)
http://www.mercosur.int/innovaportal/file/4002/1/dec_011_2013_pt_regime_partic_est_associa_dos_mercosul.pdf

NUMA, Moisés. The Feasibility of a Monetary Union in MERCOSUR. The Michigan Journal of Business. 2011 www.michiganjb.org/issues/42/text42a.pdf

OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 41, n. 1, June 1998
 . <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100001&lng=en&nrm=iso>.

PEREIRA, Lia Valls. Brasil, Argentina e o Projeto Mercosul: Relações comerciais para definir aliança?. Revista conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 2012.

_____, Lia Valls. Falência do Mercosul. Revista conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, volume 66, nº 5, mai. 2012.

PORTAL BRASIL, 2011 <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/11/paises-desenvolvidos-terao-baixo-crescimento-financeiro>

ROMERO, Rubens de Matos. Acordos regionais de comércio frente ao multilateralismo: as posições do Brasil e do MERCOSUL. 2011. 77 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
<http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/1995>

SICSÚ, Abraham Benzaquen, KATZ, Frederico Jayme, PARADISO, Romina. Mercosul, sua evolução, crises e propostas. 2005

UNCTAD, Unctad Stat. <http://unctadstat.unctad.org/>

UNIÃO EUROPEIA, 2013 http://europa.eu/ecsc/index_pt.htm

http://europa.eu/legislation_summaries/customs/index_pt.htm

_____, Tratado de Roma (1957), disponível em:
http://ec.europa.eu/economy_finance/emu_history/documents/treaties/rometreaty2.pdf

VALOR ECONÔMICO, <http://www.valor.com.br/brasil/3251916/mercosul-isola-o-brasil-do-mundo-afirma-cni>

VARTANIAN, P. Custos e Benefícios de um Processo de Integração Econômica: Uma Análise para o Mercosul. Revista De Economia Mackenzie. Janeiro 2012;10(1):39-62.

WOLFFENBUTTEL, 2007
http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2130:catid=28&Itemid=23